82º - O Conselho Consultivo será presidido pelo gestor da unidade de conservação e, na sua ausência, por seu suplente. §3º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será

§4º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos,

renovável por igual período. §5º - As reuniões do Conselho Consultivo serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão

ser divulgadas e realizadas em local de fácil acesso. - O Conselho Consultivo deverá adotar Regimento

Interno disciplinando o seu funcionamento. Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação.

(Processo Digital FF 4530/2022-49) RESOLUÇÃO SIMA Nº 101, DE 04 DE NOVEMBRO DE

2022. Institui e designa os membros do Conselho Consultivo da

Reserva Biológica - REBIO Mogi Guaçu O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ÎNFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Resolução nº SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas,

RESOLVE: Artigo 1º - Fica instituído o Conselho da Reserva Biológica REBIO Mogi Guaçu, com caráter consultivo, nos termos da Resolução nº SMA 88. de 01-09-2017.

Artigo 2° - Ficam designados os seguintes representantes ara compor o Conselho Consultivo da Reserva Biológica REBIO Mogi Guaçu, como membros, para o biênio 2022-2024: I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal: Fabrício Pinheiro da Cunha, portador do RG nº 33.666.967-7, como titular, e Eduardo Goulardins Neto, portador do RG nº 8.844.765-0, como suplente;

b) Pelo Município de Mogi Guaçu: Marcelo Vanzella Sartori, portador do RG nº 20.625.254-7, como titular, e Jean Carlo . Canato, portador do RG nº 20.550.486-5, como suplente;

c) Pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade CTR1 Campinas: Maitê de Souza Sandoval, portadora do RG nº 33.305.927-X, como titular, e José Alberto Fusco Sarcinelli, portador do RG nº 30.079.163-X, como suplente;

d) Pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR: Professora Dra Anna Hoffmann Oliveira, portadora do RG nº 88.349-70, como titular, e Professora Dr.a Roberta Cornélio Ferreira Nocell, portadora do RG no 18.167.601-1, como suplente.

II- Da Sociedade Civil:

a) Pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo -UNASP: Walter Augusto Fonseca de Carvalho, portador do RG nº 14.07.622, como titular, e Wander Murilo Alves Pereira, portador do RG nº 971.393.26, como suplente;

b) Pela Sylvamo do Brasil LTDA: Gilson Monteiro da Silva Assis, portador do RG nº MG 17.440.017, como titular, e Miguel Magela Diniz, portador do RG nº 32.312.790-3, como suplente; c) Pelo Solo Sagrado Agronegócios LTDA: Orlandino de

Abreu Junior, portador do RG nº 29.812.304-6, como titular, e Flávia Julio Ladeira, portadora do RG nº 42.897.213-5, como suplente.

d) Pela Associação de Rancheiros Conde de Parnaíba: Vitor Gabriel Martins, portador do RG nº 40.622.881-4, como titular, e Gilberto Rivelli, portador do RG nº 5.454.284, como suplente. Artigo 3º - O Conselho Consultivo da Reserva Biológica

REBIO Mogi Guaçu terá a seguinte estrutura:

I – Plenário: II – Presidência; e

III – Secretaria Executiva

§1º - O Plenário será composto por todos os membros do Conselho Consultivo, escolhidos, indicados e designados na forma desta Resolução, que terão direito a voz e voto.

§2º - O Conselho Consultivo será presidido pelo gestor da unidade de conservação e, na sua ausência, por seu suplente. §3º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será

eleito pelo Plenário.

§4º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, renovável por igual período. §5º - As reuniões do Conselho Consultivo serão públicas,

com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão ser divulgadas e realizadas em local de fácil acesso. §6° - O Conselho Consultivo deverá adotar Regimento

Interno disciplinando o seu funcionamento. Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua

publicação.

(Processo Digital FF 4531/2022-00)

Portaria CG, de 3 de novembro de 2022.

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 14/2022/CPP, firmado em 26/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132 de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1° - Designar os funcionários CRISTIANNE RAVA-CHE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 1.541.903-7 e CPF nº 851.054.576-68, na qualidade de fiscal e MARCOS ALEXANDRE FIGUEIRA DE ANDRADE, portador do RG nº 24.371.929-2 e CPF nº 173.050.778-60, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 14/2022/ CPP, firmado em 26/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, visando à prestação de serviços não contínuos de manutenção nas unidades pertencen

tes à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Artigo 2° Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 26/10/2022.

SIMA.071231/2022-80.

Portaria CG, de 3 de novembro de 2022.

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 17/2022/CPP, firmado em 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132 de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve

Artigo 1° - Designar os funcionários CRISTIANNE RAVA-CHE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 1.541.903-7 e CPF nº 851.054.576-68, na qualidade de fiscal e MARCOS ALEXANDRE FIGUEIRA DE ANDRADE, portador do RG nº 24.371.929-2 e CPF nº 173.050.778-60, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 17/2022/ CPP, firmado em 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, visando à prestação de serviços não contínuos de manutenção nas unidades pertencentes à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Artigo 2° Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 27/10/2022.

SIMA.070877/2022-02

Portaria CG, de 3 de novembro de 2022.

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 18/2022/CPP, firmado em 27/10/2022 com a empresa RAM CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA.

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132

de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve

Artigo 1° - Designar as funcionárias ELAINE MIRELA LOU-RENÇO, portadora do RG nº 25.534.417-X e CPF nº 213.310.508-55. na qualidade de fiscal e REBECCA WOLF SPADA, portadora do RG nº 49.132.537-X e CPF nº 414.047.368-16, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 18/2022/CPP, firmado em 27/10/2022 com a empresa RAM CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA, visando à prestação de serviços não contínuos de avaliação da presenca de metais e PAHs no solo e eventualmente em recursos hídricos nas áreas das canchas e adjacências do antigo Clube Paulistano de Tiros.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 27/10/2022.

SIMA.077757/2022-91.

Portaria CG, de 3 de novembro de 2022.

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 04/2022/FEDIPA, firmado m 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA F CONSTRUÇÕES ITDA

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132 de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

- Designar os funcionários CRISTIANNE RAVA-CHE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 1.541.903-7 e CPF nº 851.054.576-68, na qualidade de fiscal e MARCOS ALEXANDRE FIGUEIRA DE ANDRADE, portador do RG nº 24.371.929-2 e CPF nº 173.050.778-60, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 04/2022/FEDIPA firmado em 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, visando à prestação de serviços não contínuos de manutenção nas unidades pertencentes à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 27/10/2022.

SIMA.071500/2022-24.

Portaria CG, de 3 de novembro de 2022.

Designando os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 05/2022/FEDIPA, firmado em 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuiões conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132 de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1° - Designar os funcionários CRISTIANNE RAVA-CHE DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 1.541.903-7 e CPF nº 851.054.576-68, na qualidade de fiscal e MARCOS ALEXANDRE FIGUEIRA DE ANDRADE, portador do RG nº 24.371.929-2 e CPF nº 173.050.778-60, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato 05/2022/FEDIPA, firmado em 27/10/2022 com a empresa ALMEIDA SAPATA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, visando à prestação de serviços não contínuos de manutenção nas unidades pertencentes à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 27/10/2022.

SIMA.073898/2022-57. Despacho do Chefe de Gabinete de, 03-11-2022

Nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto 31.138 de 09/01/90, alterados pelo Decreto 33.701 de 22/08/91, c.c o artigo 90, do Decreto 64.132/2019, e à vista dos elementos constantes dos autos DECLARO ANULADO o Convite Eletrônico 2600320000120220C00058, tendo em vista, não ter saído publicado no D.O.E. de 27/10/22, em desacordo ao parágrafo terceiro, do artigo 21, da Lei 8666/93, referente à aguisição de Bateria Selada Portátil Recarregável Tipo Lipo 4s para Drone, para atendimento nas unidades do Instituto de Pesquisas Ambientais. (Processo SIMA.073940/2022-24)

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DO DISPOSTO NO ARTIGO 3°, INCISO VII, ALÍNEA "B", DA LEI FEDERAL Nº 11.428. DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006

Tendo em vista as diretrizes da Lei estadual nº 9.509. de 20 de março de 1997, que estabeleceu a Política Estadual do Meio Ambiente e constituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal e o Artigo 193 da Constituição do Estado e o Decreto estadual nº 64.132, de 11 de março de 2019 que organizou a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, como órgão central do SEAQUA e das políticas públicas relacionadas à infraestrutura e desenvolvimento sustentável, bem como os elementos que instruem os autos, em especial o Despacho da Assistência Técnica da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, às fls. 19-21, e a Cota CJ/SIMA nº 303/2022, às fls. 25-27, elaborada pela Consultoria Jurídica que atende a Pasta. DECLARO de utilidade pública, para fins do disposto no artigo 3º, inciso VII, alínea "b", da Lei federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, o empreendimento para a implantação da linha de transmissão — LT 35/138kV Domênico Rangoni, a ser realizado pela Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.626.892/0001-48, responsável pela implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica no litoral sul e norte do Estado de São Paulo, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2014, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Flétrica-ANFFL em 05/09/2014

Publique-se no Diário Oficial do Estado (SIMA 060527/2022-02).

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Departamento de Gestão Regional

Centro Técnico Regional I - Campinas

O Centro Técnico Regional I de Campinas, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, localizada na Av. Brasil, nº 2340-Central-2° and ar-Jd. Chapadão-Campinas/ SP,Tel:(19)3790-3742,faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio. Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereço eletrônico(e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental:AIA.201902180114371 Proc. Digital:SMA.004546/2019-82

Autuado:DIOGO CASAVECHIA CPF:356.811.938-29

RG:43795618 Município da infração:NAO INFORMADO

Notificação:Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o dano ambiental não foi reparado. Sendo assim, concedese o prazo de 30 (trinta) dias,contados da data de publicação desta notificação,para que se comprove a reparação do dano. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para a cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontrase nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1ºda Lei Estadual nº10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio https://e. ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental:AIA.20220805010506-1 Proc. Digital:SIMA.076493/2022-46 Autuado: JOAQUIM DE SOUZA FILHO CPF:150.428.178-08 RG:63136427

Município da infração:NAO INFORMADO

Notificação:Comunicase que será realizada,no dia 15/12/2022, às 10:00hs, na sede do Pelotão da Polícia Militar Ambiental de Jundiaí sito a rua Cabedelo nº240 cidade Jundiaí-SP, nova sessão de atendimento ambiental referente ao Auto de Infração supracitado. Orienta-se contatar a unidade da Polícia Militar Ambiental indicado no Auto de infração para confirmar a data, local e formas disponíveis (presencial ou à distância) para realização da sessão de atendimento.Caso opte pela sessão por videoconferência solicitamos a gentileza de entrar em contato pelo telefone(11)4588-8960 para informar o endereço de e-mail de V.Sa,e receber as instruções.O Atendimento Ambiental, de acordo com o Decreto Estadual 64456/2019,é a fase do proce dimentoadministrativo destinada à resolução consensual das pendências ambientais do autuado.Nesta sessão o Autode Infra ção é analisado e,em sendo validado,são considerados os atenuantes e agravantes previstos podendo as penalidades aplicadas serem anuladas,reduzidas,majoradas ou alteradas.Para tanto é importante a apresentação de documentos:CPF e RG ou cartão do CNPJ do(a)autuado(a).Em caso de representante,além dos documentos originais do(a)autuado(a),apresentar procuração devidamente assinada, comprovante de residência, documentos que comprovem a propriedade, posse da área autuada oudo bem,quando couber,comprovante de rendimentos(carteira de trabalho, holerite, declaração de Imposto de Renda, comprovante de benefício de programas sociais), fotos, plantas e croquis. Caso não haja interesse em comparecer a sessão de atendimento ambiental solicita-se que seja informado em até 05(cinco) dias, contados a partir da publicação desta notificação, a unidade da Polícia MilitarAmbiental indicada no Auto de Infração.Nesse caso, será lavrada Ata de não comparecimento à sessão deaten dimento e aberto prazo para interposição de defesa.É possível efetuar vistas do processo, realizando cadastro de usuário pelo sítiohttps://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

O Centro Técnico Regional I de Campinas, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, localizada na Av. Brasil, nº2340-Central-2° and ar-Jd. Chapadão-Campinas/ SP,Tel:(19)3790-3742,faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio.Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereço eletrônico(e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental: Nº20180804015459-1 Proc. Digital:SMA.018374/2018-58

Autuado: ANTONIO VALDIR IATAROLA JUNIOR

CPF:182.985.348-16

Município da infração:

Notificação:Informamos que o Auto de Infração Ambiental acima referido encontrase revestido de todas as formalidades legais que lhe outorgam aqualidade de ato administrativo válido, com presunção de legitimidade.Considerando que não foi efetuado o pagamento da multa no prazo estipulado e não houve apresentação de recurso no prazo de 20dias,a contar da data de lavratura do Auto de Infração Ambiental, deverá ser efetuado o pagamento do valor de R\$6.930,00(Seis MilNovecentos e Trinta Reais)no prazo que consta da Guia de Arrecadação cuia cópia da quia de recolhimento,encontra-se anexado à página 0028,do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga gualguer agência bancaria até a data do seu vencimento. Esclarecemos que por se tratar de infração com dano ambiental a recuperar,é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFB.no endereco abaixo indicado.mediante agendamento prévio por telefone(19)37903740no prazo máximo de 30 dias,a contar da data da publicação desta notificação para firmar o Termo de Compromisso Ambiental. O pagamento da multa não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado,nos termos do artigo 225,parágrafo 3º,da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº6.938/81 e também da responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, (verificar campo 23 do Auto de Infração) tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Na esfera administrativa não é mais possível à interposição de novo recurso,razão pela qual,caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada,o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral doEstado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão

Auto de Infração Ambiental: Nº20181127004155-1 Proc. Digital:SMA.029149/2018-18 Autuado:PAULO SERGIO BERTOZZI

CPF:776.674.686-72 RG:5776668

Município da infração:DIVINOLANDIA

Notificação:Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e . Biodiversidade após vistoria técnica o dano ambiental não foi reparado e o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA nº4520/2019 não foi cumprido. Sendo assim, concedese o prazo de 30(trinta)dias,contados da data da publicação desta notificação,para que se comprove a execução integral das medidasde reparação firmadas no TCRA. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, serão adotados os procedimentos para cobrança de multa em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas conforme art.36 do Decreto Estadua 64456/2019,e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontrase nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº10.177/98. Nos casos de processos digitais é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítiohttps://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento.

Auto de Infração Ambiental: Nº20181127004155-2 Proc. Digital:SMA.029147/2018-96

Autuado:PAULO SERGIO BERTOZZI CPF:776.674.686-72

RG:5776668

Município da infração:DIVINOLANDIA

Notificação:Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o dano ambiental não foi reparado e o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental TCRA nº4531/2019 não foi cumprido. Sendo assim, concedese o prazo de 30(trinta)dias contados da data da publicação desta notificação,para que se comprove a execução integral das medi dasde reparação firmadas no TCRA.Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, serão adotados os procedimentos para cobrança de multa em decorrência do descumprimento dasobrigações pactuadas conforme art.36 do Decreto Estadual 64456/2019,e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado.Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontrase nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão,nos termos doartigo 22,parágrafo 1º da Lei Estadual nº10.177/98.Nos casos de processos digitais,é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítiohttps://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento.

Auto de Infração Ambiental:N°20181127004155-3 Proc. Digital:SMA.029148/2018-57 Autuado: PAULO SERGIO BERTOZZI

CPF:776.674.686-72 RG:5776668

Município da infração:DIVINOLANDIA

Notificação: Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o danoambiental não foi reparado e o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental

TCRA nº 4535/2019 não foi cumprido. Sendo assim, concedese o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta notificação, para que se comprove a execução integral das medidasde reparação firmadas no TCRA.Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido, serão adotados os procedimentos para cobrança de multa em decorrência do descumprimento dasobrigações pactuadas conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontrase nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos doartigo 22 parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítiohttps://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento

Auto de Infração Ambiental: N°20180905009346-1 Proc. Digital:SMA.020616/2018-58 Autuado: RUY DEVANIR FELIPE LEMOS CPF:312.957.892-72 RG:36250435

Município da infração:CAMPINAS Notificação:Informamos que o Auto de Infração Ambiental acima referido encontrase revestido de todas as formalidades legais que lhe outorgam aqualidade de ato administrativo válido,com presunção de legitimidade.Considerando que não foi efetuado o pagamento da multa no prazo estipulado e não houve apresentação de recurso no prazo de 20dias,a contar da data de lavratura do Auto de Infração Ambiental, deverá ser efetuado o pagamento do valor de R\$2.807,29(Dois Mil Oitocentos e Sete Reais e Vinte e Nove Centavos)no prazo que consta da Guia de Arrecadação cuja cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 0017, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancaria até o seu vencimento .Esclarecemos que por se tratar de infração com dano ambiental a recuperar,é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFB,no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio por telefone (19) 3790-3740no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação desta notificação para firmar o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental.O pagamento da multa não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº6.938/81 e também da responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam,(verificar campo 23 do Auto de Infração)tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Na esfera administrativa não é mais possível à interposição de novo recurso, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada,o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral doEstado,assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão. Auto de Infração Ambiental:N°20210601005738-2

Proc. Digital:SIMA.025320/2021-13 Autuado: MARIO DE MORAES VIEIRA CPF:027.695.668-06 RG:19577564 Município da infração:NAO INFORMADO

Notificação:Em consulta ao sistema verificamos que não houve o pagamento de uma das parcelas relacionadas aoAuto de Infração Ambiental (AIA)em epígrafe, recebidas no dia do Atendimento Ambiental. Desta forma, considerando o tempo transcorrido desde a data de vencimento da última parcela não paga,o valor atualizado da multa é de R\$ 151,50(cento e cinquenta e um reais e cinquenta centavos)e seu recolhimento deverá ser efetuado na forma e prazo que constam na guia de recolhimento cuja cópia da guia de recolhimento, encontra--se anexado à página 0045, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente. sp.gov.br e ser paga qualquer agencia bancaria até o seu vencimento.Caso não haja o recolhimento da multa na forma e prazos estipulados,o débito será incluído no Sistema da Dívida Ativa,para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado.

O Centro Técnico Regional I de Campinas, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, localizada na Av. Brasil, nº 2340-Central-2° and ar-Jd. Chapadão-Campinas/ SP,Tel:(19)3790-3742,faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio.Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereco eletrônico(e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Înfração Ambiental:ÁIA.20180924012459-1 Proc.Digital:SMA.021032/2018-60 Autuado: VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA CPF:872.603.019-53 RG:33988037

Município da infração:NAO INFORMADO Notificação:Informamos que a Advertência referente ao Auto de Infração citado acima, aplicada nos termos da Resolução SMA 48/2014, foi convertida em Multa Simples em função de não terem sido sanadas as irregularidades dentro do prazo assinalado pelo órgão competente.O valor da multa é de R\$346,40(Trezentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação cuja cópia da guia de recolhimento encontra-se anexado à pagina 18, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga em qualquer agencia bancária até a data do seu vencimento.Ressaltamos,no entanto, que o simples recolhimento desta não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4ºda Lei Federal nº6.938/81 e também da responsabilidade por outras sancões relacionadas à infração cometida, caso existam, (verificar campo 23 do Auto de Infração) tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Fica, portanto, Vossa Senhoria notificado a comparecer à Unidade a CFB,no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio por telefone no prazo máximo de 30 dias,a contar da data da publicação desta notificação,para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade.Na esfera administrativa não é mais possível à interposição de novo recurso, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada,o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa,para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão.

Auto de Infração Ambiental:AIA.20180316005471-1 Proc.Digital:SMA.005212/2018-24 Autuado:SEBASTIAO BENEDITO DE OLIVEIRA CPF:233.973.278-65 RG:25558645 Município da infração:SUMARE

Notificação:Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, após vistoria técnica, o dano ambiental não foi reparado. Sendo assim, concede-se o prazo de 30(trinta) dias,contados da data de publicação desta notificação,para que se comprove a reparação do dano. Informamos que a Advertência referente ao Auto de Infração citado acima, aplicada nos termos da Resolução SMA 48de 2014,foi convertida em Multa Simples em função de não terem sido sanadas as irregularidades dentro do prazo indicado na ata de Atendimento Ambiental ou apresentada defesa administrativa.O valor da multa é de R\$96.98(noventa e seis reais e noventa e oito centavos)e deverá ser pago no prazo indicado na Guia de Arrecadação cuja cópia da guia de recolhimento encontra-se anexado à pagina 26, do processo digital mencionado acima, que



